

O AUMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 15 ANOS: DETERMINAÇÕES E SUSTENTABILIDADE.

Silva, Eliete Maria¹
Baragatti, Daniella Yamada²
Figueira, Maura Cristiane Silva³
Lima, Rogério Silva⁴
Silva, Teresa Cristina⁵

A sustentabilidade baseia-se no acesso a um ambiente saudável com equidade na distribuição de renda e bens atendendo necessidades das gerações atuais e futuras. Articular saúde e ambiente pressupõe um enfoque sistêmico, integrado e participativo¹. No Brasil, especialmente nas últimas décadas, o ensino de enfermagem, tem passado por modificações em meio aos movimentos sociais. O seu ensino sistematizado data de pouco mais de um século e antes disso não havia propriamente escolas de enfermagem, e sim instituições religiosas cujo ensino e orientação da prática não obedeciam a nenhum programa formal². Resgatamos historicamente as escolas criadas no início do século XX, o crescimento numérico das mesmas e seus determinantes até o momento atual. A expansão dos cursos superiores de enfermagem no país teve impulso nas décadas de 70, 80 e 90, a partir da Reforma Universitária de 1968 até a Constituição Federal de 1988, também a política neoliberal contribuiu para o crescimento, principalmente dos vinculados ao setor privado. Encerrando a década de 90, citamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB),

¹ Enfermeira, Professora Livre-docente do Departamento de Enfermagem da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, emsilva@unicamp.br

² Enfermeira, Especialista em Saúde Coletiva, enfermeira do Programa Saúde da Família, CSSão Marcos Prefeitura Municipal de Campinas - SP.

³ Enfermeira, Especialista em Saúde Coletiva e Saúde da Família, mestranda em Enfermagem na Unicamp, enfermeira do Programa Saúde da Família da Prefeitura Municipal de Santarém – PA.

⁴ Enfermeiro, Residente em Enfermagem em Urgência e Emergência do Hospital e Maternidade Celso Pierrô da Pontificia Universidade Católica de Campinas.

⁵ Enfermeira, Psicóloga, doutoranda em Enfermagem na Unicamp, Professora Mestre da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais.



Lei nº9394/96 e os instrumentos legais dela advindos. Realizamos revisão bibliográfica em bases de dados científicas, utilizando descritores como: educação em enfermagem, mercado de trabalho e privatização. Para embasamento da trajetória histórica do ensino de enfermagem também utilizamos livros de autores de referência nesta temática, bem como, analisamos as publicações da Rede Observatórios de Recursos Humanos em Saúde. Da análise desse material identificamos os seguintes determinantes do aumento do número de escolas de enfermagem de nível superior no Brasil: o mercado de trabalho após o Sistema Único de Saúde (SUS) e do Programa de Saúde da Família (PSF); mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação; a privatização do ensino com a autonomia dada às universidades e a flexibilização dos currículos. Ao final da década de 90 havia no Brasil 153 cursos de graduação em enfermagem. Em 2004 eram 415 cursos, chegando a 782 cursos em maio de 2009. O crescimento do número de cursos de graduação em enfermagem nos últimos cinco anos (2004 a 2009) representa um incremento de 88%. Houve aumento da oferta de cursos superiores de enfermagem em todo o país. Na região norte o crescimento foi de 557%, nordeste 681%, centro- oeste 1420%, sul 404% e sudeste 629%. O crescimento da oferta de postos de trabalho no setor saúde guarda correlação direta com a institucionalização do SUS e a consequente implantação do Programa (e posteriormente Estratégia) Saúde da Família, o qual se dá também em função da rede hospitalar conveniada com o SUS. Embora o setor saúde não tenha sido afetado pelo desemprego, as relações entre os profissionais de saúde e as instituições empregadoras passam por inúmeras transformações. Segundo Pierantoni e Porto³ essas transformações caracterizam-se por um processo no qual se verifica a substituição do emprego formal e assalariado por outras modalidades de vinculação dos profissionais aos serviços. Vale ressaltar que no mundo, de acordo com o Conselho Internacional de Enfermeiros há escassez desse profissional, além da distribuição desigual. Essa tendência de crescimento dos postos de trabalho possivelmente incrementa e fortalece outra tendência, a privatização do ensino superior. A LDB foi elaborada pelo Ministério da Educação, tendo seguido assim as diretrizes do Banco Mundial para a educação. Tal instituição entende que a educação superior não é necessariamente um serviço público, mas sim um serviço que pode e deve ser



oferecido e regulado pelo "mercado", ou seja, pela iniciativa privada4. Quando comparamos os anos de 1994 (ano anterior à LDB) e 2004 (oito anos pós LDB). vemos que o número de cursos de enfermagem em instituições públicas cresceu 47%, enquanto o crescimento de instituições particulares foi de 615%. A análise dos dados apresentados aponta para uma realidade de mercado de trabalho bastante otimista para o enfermeiro. As pesquisas demonstram que o mercado está cada vez mais favorável, já que há uma tendência de aumento do número de vagas disponíveis, principalmente com o SUS e PSF. Entretanto, se os estudos do mercado de trabalho e consequentemente dos postos de trabalho tem sido realizados, o mesmo não se pode dizer sobre estudos de desemprego. Além disso, não encontramos referências sobre o impacto do aumento do número de cursos e suas repercussões. Como exceção, citamos a discreta redução dos salários percebidos por profissionais de saúde que em 1995 apresentava uma média de 6,7 salários mínimos e em 2000 esse mesmo valor cai para 6,5. Sabemos ainda que comparando a média salarial entre janeiro de 2004 e janeiro de 2005, no conjunto das ocupações da saúde a queda é bem mais acentuada, ficando o salário médio em torno de 4,3 salários mínimos⁵. Consideramos necessário controlar a abertura e manutenção visando à qualidade do ensino, implementando, por exemplo, uma comissão de avaliação, junto ao Conselho Nacional de Saúde, para autorizar a criação de novos cursos, como já existe para odontologia, medicina e psicologia. É importante também que os mecanismos de avaliação das graduações sejam efetivos, e que contribuam com a qualificação da formação. A partir desse trabalho podemos dizer que é fundamental um olhar atento, criterioso e cauteloso em relação a esse cenário otimista. Esse olhar cauteloso deve ser concretizado a partir de estudos sobre as repercussões, no mercado de trabalho e nas práticas profissionais, desse crescimento da oferta de cursos de graduação em enfermagem no Brasil. Entendemos ser o enfermeiro profissional que se insere na vida da comunidade onde atua, sendo capaz de contribuir para a conscientização da população em termos do conceito amplo de saúde- não como ausência de doenças. Esse profissional deve ter garantida, em sua formação, o despertar de uma consciência crítica com relação ao ambiente e sua correlação com aspectos sociais como determinantes das condições de saúde do homem, como indivíduo e família.



- 1. Freitas CM, Porto MF. Saúde, Ambiente e Sustentabilidade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. 124 p.
- Almeida MCP, Rocha JSY. O saber de enfermagem e sua dimensão prática.
 São Paulo: Cortez, 1986. 128 p.
- 3. Pierantoni CR, Porto SM. Estudo sobre formas contratuais dos agentes comunitários de saúde (ACS): modalidades e alternativas de contratação. In: Ministério da Saúde. SeGeTES. Cadernos RH saúde. 3ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Brasília (DF): 3(1); 2006.
- 4. Brandão CF. LDB passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei n°9394/96) comentada e interpretada artigo por artigo. São Paulo: Editora Avercamp; 2007. 191p.
- 5. Varella TC. Mercado de Trabalho do Enfermeiro no Brasil: Configuração do Emprego e Tendências no Campo do Trabalho [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social; 2006.